



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE EQUIDOCULTURA

MEMÓRIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 25/02/2026

HORÁRIO: 14:00 às 18:00.

LOCAL: Brasília/DF, Mapa-sede: sala de reuniões das câmaras setoriais e temáticas

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Y2IxMGRlYzktOThlZC00N2M2LTg1MTktMzI3ZTlyZTFhYTJj%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22oid%22%3a%22ccf68457-ab09-4379-9168-1aeb774b1fdc%22%7d

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura - Presidente. (14:00 – 14:05 - 5 min).

2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 58ª Reunião Ordinária. (14:05 – 14:15 - 10 min).

2.1 Pedido de atualização de representatividade por mudança de gestão de várias entidades no fim deste ano.

2.2 Atualização de membros e de procedimento para oficialização de entidades convidadas.

3. Atualização do tema CCCCN após apresentação do ofício (14:15 – 14:30 - 15 min)

- Convocação do Dr. BRUNO MEIRELES LEITE (Coordenador Geral de Produção Animal - CGPA, do DECAP, da SDI)

- Convocação da Dra. PRISCILA SILVÉRIO (Coordenadora de Boas Práticas Agropecuárias - CBPA, da CGPA, do DECAP, da SDI)

- Convocação do Sr. LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA (Coordenador Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – CGAC, DA SPA)

- Convocação da Dra. Lizie Buss (da CBPA, da CGPA, do DECAP, da SDI)

3.1. Apresentação do andamento do processo após o envio do ofício;

3.2. Atualização do andamento de reorganização da CCCCN;

4. Boas práticas e antidoping (14:30 – 15:00 - 30 min)

- convocação da Dra. Valeria Homem (Chefe da DIUSS, do DSA, da SDA)

- convocação da Dra. Lizie Buss (da CBPA, da CGPA, do DECAP, da SDI)

4.1. Apresentação dos Andamentos do Processo de Boas Práticas e Antidoping a ser coordenado pelo Ministério da Agricultura - Dra. Lizie Buss

4.2. Rápida discussão do tema, revisão do Grupo de Trabalho e definição de plano de trabalhos do grupo de trabalho.

5. Atualização do status e prioridades do Programa Nacional de Sanidade de Equídeos- PNSE. (15:00 – 15:40 – 40 minutos)

- convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

5.1. Atualização do andamento dos trabalhos do CTC-PNSE e dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Câmara Setorial para acompanhar os trabalhos desse Comitê e dar suporte aos seus representantes da Câmara nesse CTC-PNSE;

5.3. Apresentação das tratativas feitas até o momento para reunião, cadastro e descrição completa dos materiais das amostras armazenadas no LFDA-MG, na Embrapa e nos demais locais, para além da definição da estratégia de centralização dos mesmos ou de redundância;

5.4. Retomar o tema mormo, discutir o pedido que foi feito no passado, para que ocorra a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Fiocruz e da Universidade Federal do Ceará no CTC-PNSE para descrever os trabalhos desenvolvidos para identificação de melioidose (com exclusão de mormo) em humanos e seus estudos epidemiológicos, de forma a analisar a possível replicação dos modelos adotados nos casos de humanos para os de equídeos.

5.4.1. Câmara poderá votar envio deste pedido por ofício;

5.4.2. Vale destacar, mais uma vez, que as sequências de testes bioquímicos pré-definidos em fluxogramas para cada uma das bactérias, de acordo com a Sociedade Americana de Microbiologia foram a metodologia já usada pela Fiocruz e pela UFCE para identificação de melioidose em casos humanos, inclusive com a exclusão de mormo. Nesse sentido, deverá ser feito estudo aprofundado por qual motivo o PCR que foi feito no passado para os equídeos não foi adotado pela UFCE e pela Fiocruz e por qual motivo foi descrito que o PCR não teve a capacidade de diferenciação. E analisar o motivo dessa incapacidade: se foi pela escolha do gene testado que pode estar presente em ambas as bactérias, se é questão da variabilidade genética reduzida, ou seja, similaridade entre as bactérias, etc.

5.4.3. Revisar como poderão o Ministério da Saúde, a Fiocruz e laboratórios públicos vinculados ao Ministério da Saúde realizar e direcionar os trabalhos de testes bioquímicos sequenciais para *B. mallei* e *B. pseudomallei* de amostras de equídeos. Seria argumento suficiente o fato do mormo se tratar de uma zoonose?

5.5. Procurar estabelecer o intercâmbio científico com os demais países, tais como Estados Unidos da América, Europa, Oriente Médio e Ásia – locais que possuem casos de mormo e melioidose ou que têm conhecimento técnico no tema.

5.5.1. Revisar a situação do envio deste pedido por ofício, não apenas para o mormo, mas também para outras doenças.

5.5.2. Retomada do tema Congresso da ABRAVEQ e definição de que entidades externas poderão ser convidadas para participar da discussão.

5.6. Revisar a evolução do , intercâmbio científico e a criação do CTC-PNSE para discutir o futuro do PNSE e inclusive possíveis novos escopos, e com isso diferenciar os escopos:

a) as doenças de controle de trânsito, como a Anemia Infecciosa Equina (AIE) e o mormo; adição de doenças, cuja vacinação já é obrigatória, como é o caso da influenza;

b) discutir como se dará o monitoramento de risco ao plantel nacional que poderão ou não afetar o trânsito animal, mas para o qual deverão ser adotadas medidas de monitoramento e de autorização de testagem e vacinação (a exemplo das encefalomyelites, raiva, West Nile e Herpes) – para inclusive prever a possível autorização de importação de kits de testagem e de vacinas em caráter emergencial e/ou de prorrogação de registros de vacinas existentes no mercado nacional;

c) Definição de doenças para se evoluir em estudos acadêmicos e inclusive para ser possível direcionamento de verbas de pesquisa, TED e/ou CCCCN no futuro.

d) discussão de quais os padrões de estudos que deverão ser apresentados ao Ministério da Agricultura de forma a serem reconhecidos.

5.7. Pedido de definição de escopos de trabalho do CTC-PNSE, de plano de trabalhos e de autorização de compartilhamento de informações do CTC-PNSE com o Grupo de Trabalho da Câmara Setorial de Equideocultura.

5.8. Esclarecer a situação da oferta de vacinas para Influenza no Brasil, após o fechamento e suspensão de produção de laboratórios.

a) Avaliar a carência de vacinas e imunógenos para doenças de equídeos que são prevalentes no Brasil.

6. Atualização sobre a Minuta de Decreto do Material Genético de Equídeos

- convocação do Dra. Martha Bravo (AFFA, DIMG, CGIPE, DAS, da SDA)

- convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)

7. Atualização dos números do nosso setor – Projeto CNA / Esalq-USP (15:40 – 16:00 - 20 min)

7.1. Apresentação pela CNA (Dra. Kalinka) do status do andamento do levantamento e de necessidades de apoio da Câmara Setorial e de suas entidades associadas;

7.2. Definição de metodologia de revisão dos números por Raça, por Estado e por atividade econômica anualmente ou periodicamente com data definida.

8. Discussão acerca da evolução do processo de emissão de passaportes nos diversos Estados e da atuação da CNA (16:00 – 16:20 - 20 min)

- convocação do Dr. Bruno Cotta (Coordenador Geral da CGTQA, do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

8.1. Rápida atualização do status da evolução da legislação estadual de emissão de passaportes CNA (Dra. Kalinka)

8.2. Aprovação da minuta de ofício solicitando que para os equídeos passe a ser adotado o padrão UELN, com 15 dígitos alfanuméricos, de forma a diferenciar das demais espécies, que seguem o padrão de 15 dígitos, mas apenas numéricos.

8.2.1. Retomar a discussão e votação o pedido de adoção do UELN e pedido de revisão do art. 3º da Instrução Normativa nº 5, de 8 de janeiro de 2018:

b) a Instrução Normativa prevê que cada código de identificação de animais será formado pelo número 076 nos primeiros três dígitos seguindo assim padrão ISO, e após esses três dígitos, está prevista uma sequência de doze dígitos numéricos, ou seja, um total de 15 dígitos numéricos;

b) o UELN também segue padrão ISO, com o mesmo padrão de 15 dígitos, sendo os 3 primeiro do Brasil igualmente o número 076, mas tem duas diferenças:

b.1.) que os 3 dígitos seguintes (quarto, quinto e sexto) são a identificação do banco de dados / studbook em que o animal está registrado; e

b.2.) no lugar de apenas dígitos numéricos, são alfanuméricos, ou seja, permite o uso de letras.

8.2.2. Em caso de aprovação do pedido de adoção do padrão UELN, deverá ser estudada a definição de qual código deverá ser usado para animais sem registro em studbook, por exemplo, ser definido uma identificação para usar no espaço nos 3 algarismos do Studook (quarto, quinto e sexto algarismo) e ser adicionado a todos os animais o código de letras do Estado que identifica local de nascimento dos animais.

8.2.3. Em resumo, discutir e analisar como conciliar as informações seguindo o padrão UELN:

Brasil Studbook Estado
076 XXX YY

Ou seja, para cada Studbook, sobram 7 algarismos alfanuméricos.

8.3. Com a conclusão da discussão deste tema da UELN, a gestão deste tema continua a ser da Comissão Nacional de Equideocultura, da CNA, e a Câmara dará suporte à Comissão.

9. Apresentação de e-mail acerca de identificação de mercados de interesse (16:20 – 17:00 - 40 min)

- convocação do Dr. Bruno Cotta (Coordenador Geral da CGTQA, do DSA, da SDA);

- convocação da Dra. Andressa Beluco (CGTQA, do DSA, da SDA);

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

9.1. Agradecimento pela alteração da gestão de exportação de equídeos para o Uruguai;

9.2. Discussão acerca de critérios de testagem e padronização de kits e aceitação de testes feitos em um país pelo outro país se seguidos os padrões e o kit definidos. Merece atenção especial quando não é protocolo do país e sim do evento (exemplo mormo na Expointer);

9.3. Discussão acerca dos problemas que ocorreram durante a Expointer com as delegações estrangeiras e discussão de propostas de solução deste tema;

9.4. Atualização de informações acerca do Protocolo High Health High Performance. Pedido que seja apresentado atual status e próximas etapas de confirmação e implantação.

9.5. Retomar a discussão a cerca de mercados já estabelecidos com livre trânsito e os mercados em que estão sendo desenvolvidas as tratativas para desenvolvimento de protocolo sanitário para informação às diversas entidades do setor, conforme foi apresentado em reunião. **E pode apresentar a todos caminho / site para ser feita a consulta pública. Se julgar necessário convocar CGTQA pode atualizar e apresentar resumo**

9.6. Apresentação de Mercados de Interesse e solicitação de atualização acerca dos procedimentos (em sublinhado as últimas atualizações conhecidas)

9.6.1. Cavalo Puro Sangue Árabe – Emirados Árabes Unidos (pedido enviado, sem resposta ainda); Qatar (veio resposta parcial, em andamento); Arábia Saudita (pedido ia ser enviado).

9.6.2. Cavalo Puro Sangue Inglês – Guiana (já autorizado); Austrália (sem tratativa até ao momento); Japão (sem tratativa até ao momento); Hong Kong (sem tratativa até ao momento); Emirados Árabes Unidos.

9.6.3. Cavalo Brasileiro de Hipismo / CBH – Europa partindo de São Paulo (aguardando respostas da União Europeia, será iniciado processo paralelo com o apoio de Portugal e Puro Sangue Lusitano); Bolívia (bem avançado, em fase final); High Health High Performance (em fase de testes); Guatemala e outros países centro americanos (sem tratativa até ao momento, necessário confirmar interesse).

9.6.4. Cavalo Puro Sangue Lusitano – países latino-americanos da América Central, Caribe e da América do Sul, especialmente onde haja cavalos ibéricos (Puro Sangue Lusitano e Puro Raça Espanhol) – estão apenas autorizados na América Central e Caribe México e Costa Rica; na América do Sul estão autorizados apenas **países do Mercosul e Chile** e em trâmite final a Bolívia.

9.6.5. Material Genético da União Europeia – Câmara fez ofício no ano passado. Qual o andamento?

9.6.6. Jumento Pêga – Câmara fez ofício este ano. Qual o andamento?

9.6.7. Solicitar revisão dessas entidades e informação às demais entidades de quais os mercados de interesse.

10. Discussão acerca da Revisão dos Efeitos da Reforma Tributária e da atualização anual do RICMS, isenções e deduções e efeitos sobre o setor de equideocultura. (17:00 – 17:15 - 15 min)

10.1. Criação de Grupo de Trabalho

10.2. Revisar diferenciação do cavalo de corrida e discutir a eliminação dessa diferença.

103. Pedido de apoio à CNA e à FAESP para analisar a possível equiparação com setor de bovinos e bubalinos de que animais puros ou cruzados registrados têm isenção de ICMS no trânsito interestadual, entre outros. Fazer convite à FAESP para se tornar membro da nossa Câmara.

11. Outros assuntos para futuro (17:15 – 17:30 - 15 min) – provável que não serão pautados estes temas

11.1. Descredenciamento laboratórios pelo MAPA

11.2. Normatização de Turismo Equestre nas Unidades de Conservação

12. Encerramento (17:30).

OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA

A 59ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Equideocultura foi aberta pelo presidente **Nuno Miguel Eusébio**, que deu as boas-vindas aos participantes e destacou tratar-se da primeira reunião do ano, ressaltando a importância de concentrar os debates nos principais temas estruturantes do setor. O presidente informou ainda que alguns representantes do Ministério da Agricultura não puderam participar em razão do envio tardio da pauta, mas que os temas debatidos seriam posteriormente encaminhados às áreas técnicas competentes para acompanhamento.

O presidente mencionou também a possibilidade de realização de uma **reunião adicional da Câmara**, a fim de tratar de assuntos que eventualmente não pudessem ser aprofundados na reunião ordinária, considerando a extensão da pauta e a necessidade de aprofundamento técnico de determinados temas.

Na sequência, a palavra foi passada ao secretário da Câmara, **Rogério Ferreira do Nascimento Paula**, que realizou os avisos da Secretaria. Inicialmente, registrou a **aprovação da memória da 58ª Reunião Ordinária**, previamente disponibilizada aos membros e publicada no site das Câmaras Setoriais do MAPA. Não havendo manifestações contrárias, a memória foi considerada aprovada, mantendo-se aberta a possibilidade de envio de eventuais contribuições posteriores para ajustes.

O secretário informou ainda sobre o acompanhamento da participação das entidades membros da Câmara, destacando a importância da atualização de representatividade em razão de mudanças ocorridas em algumas instituições ao longo do início do ano, bem como a necessidade de reforçar a participação das entidades nas reuniões para garantir a pluralidade e representatividade do colegiado.

No chat da reunião foram repassadas as datas das reuniões 2026: 59ª RO: 25/02/2026; 60ª RO: 27/05/2026; 61ª RO: 29/07/2026; 62ª RO: 09/09/2026 e 63ª RO: 18/11/2026. O presidente Nuno disse que poderia ser necessária reunião complementar para tratar dos temas remanescentes.

Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN

A Dra. **Lizie Pereira Buss** (CBPA/CGPA/DECAP/SDI/MAPA) apresentou o andamento do processo de reativação da **Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN**, informando que foi elaborada minuta de portaria para criação e composição da Comissão, a qual foi encaminhada à Consultoria Jurídica do MAPA (CONJUR) para análise.

Esclareceu que o entendimento jurídico preliminar indica que, diante das atribuições de fiscalização previstas na **Lei nº 7.291/1984**, não seria possível a participação do setor privado com atribuições deliberativas nessas matérias. Dessa forma, na modelagem atualmente analisada, o setor privado passaria a integrar a Comissão na condição de **membro consultivo**.

O Presidente **Nuno Miguel da Costa Brito Eusébio** ponderou que, embora compreenda o posicionamento jurídico apresentado, a participação do setor privado apenas na condição consultiva gera preocupação quanto à governança da Comissão e à transparência na aplicação dos recursos vinculados ao Fundo Agropecuário.

Nesse contexto, sugeriu que:

- a portaria seja publicada para viabilizar a **reativação imediata da CCCCN**;
- seja estabelecido prazo de até **120 dias para elaboração e aprovação do Regimento Interno da Comissão**;
- sejam avaliadas, posteriormente, alternativas normativas para atualização do **Decreto nº 93.996/1988**, de modo a aperfeiçoar a composição e as competências da Comissão.

Durante o debate também foi destacada a possibilidade de atualização legislativa mais ampla da matéria. Nesse sentido, ficou encaminhado que a Câmara solicitará formalmente ao Ministério da Agricultura e Pecuária o **mapeamento dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à equideocultura**, a fim de subsidiar eventual atuação institucional do setor.

Boas Práticas e Antidopagem

A Dra. **Valéria Homem** (Chefe da **DIUSS/DSA/SDA/MAPA**) apresentou esclarecimentos sobre a **Nota Informativa nº 1/2025**, elaborada no âmbito da **DIUSS/DSA/SDA**, área chefiada pela Dra. **Valéria Homem**, contextualizando sua elaboração e os fundamentos técnicos do documento.

Foi esclarecido que:

- a Nota Informativa **não constitui portaria ou novo ato normativo**;
- trata-se de **consolidação técnica construída no âmbito do Fórum de Bem-Estar Animal**;

- o documento **não cria novas obrigações regulatórias**, mas organiza entendimentos técnicos já existentes;
- o tema **antidopagem possui escopo mais amplo que o bem-estar animal**, envolvendo também aspectos sanitários, esportivos, regulatórios e de integridade competitiva.

Durante a apresentação, foi contextualizada a evolução normativa relacionada ao tema, desde a **Lei nº 10.519/2002**, que trata das normas gerais sobre rodeios, até a **Lei nº 13.364/2016**, que reconhece o rodeio e o laço como manifestações da cultura nacional.

Durante os debates, o presidente **Nuno Miguel da Costa Brito Eusébio** observou que, na prática, muitos dos chamados “protocolos” mencionados pelo Ministério correspondem aos regulamentos operacionais adotados pelas entidades organizadoras de eventos.

Também foi registrado que já existe **Grupo de Trabalho sobre Bem-Estar Animal**, sob coordenação do Dr. **Carlos Eduardo Wayne Nogueira**, e que, por solicitação da Dra. **Kalinka Lessa Koza** (CNA), foi aceita a **inclusão formal da CNA no referido grupo de trabalho**, ampliando o escopo das discussões para contemplar também o tema da **antidopagem em equídeos**.

Encaminhamento:

O Grupo de Trabalho de Bem-Estar passa a contemplar formalmente a pauta de Antidopagem, com inclusão da CNA em sua composição.

Programa Nacional de Sanidade de Equídeos – PNSE

O Dr. **Bruno Raphael Ribeiro Guimarães (Chefe da DISE/DSA/SDA/MAPA)** apresentou atualização do PNSE e informou que a portaria de instituição do **Comitê Técnico-Científico do PNSE (CTC-PNSE)** deverá ser publicada até **15 de março de 2026**, com indicação das entidades participantes, que posteriormente indicarão seus representantes.

Esclareceu que o CTC terá subgrupos temáticos e tratará prioritariamente:

- Doenças de controle de trânsito: AIE e mormo;
- Influenza equina;
- Encefalomielite equinas (Leste, Oeste e Venezuelana);
- Raiva;
- West Nile;
- Herpesvírus equino.

Mormo e diferenciação diagnóstica

Durante o debate técnico, o Dr. Paccola levantou questionamento sobre eventual notificação internacional de cepas brasileiras.

O Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães realizou **reparo técnico**, esclarecendo que todas as cepas identificadas foram devidamente registradas em bases científicas

internacionais (GenBank) e notificadas à comunidade científica, não havendo omissão institucional.

Houve manifestações de representantes do setor produtivo, como o Sr. **Francisco Carrasco**, que expressou preocupação com os impactos econômicos históricos das restrições sanitárias. O Presidente ponderou que parte das flexibilizações atuais para exportação decorrem de mudanças nos critérios da União Europeia, e não exclusivamente de alteração sanitária interna.

O Dr. **Hélio C. Manso Filho (ABRAVEQ)** ressaltou a necessidade de cooperação científica internacional e padronização diagnóstica, lembrando que mormo é enfermidade de interesse sanitário internacional.

Influenza e Vacinas

O Dr. Bruno destacou a importância de discutir influenza no âmbito do PNSE, inclusive por já ser doença com vacinação obrigatória em determinados contextos.

Foram levantados questionamentos sobre:

- Eventual descontinuidade de produção de vacinas por laboratórios;
- Risco de desabastecimento;
- Possibilidade de prorrogação de registros ou autorização emergencial de importação.

O Sr. **Allan Guerra** manifestou preocupação concreta com a oferta de imunógenos e seus impactos sobre eventos e trânsito animal.

A Dra. **Kalinka Lessa Koza (CNA)** sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para interlocução com o setor de produtos veterinários e elaboração de ofício institucional.

Encaminhamento:

Avaliar criação de GT para interlocução com setor de produtos veterinários e monitoramento da oferta de vacinas.

Prorrogação da Reunião

Considerando a extensão e profundidade técnica dos debates, foi acordado prorrogar a reunião até as 18h00.

Ainda assim, restaram remanejados para a 60ª RO (08/04/2026, às 14h00):

- Minuta de Decreto do Material Genético de Equídeos;
- Atualização dos números do setor (Projeto CNA/Esalq-USP);
- Passaportes e padrão UELN;
- Mercados de interesse;
- Impactos da Reforma Tributária e RICMS.

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
Acompanhamento do tema CCCCN. Acompanhar estruturação da proposta de fundo de apoio à CCCCN.	SPA/CGAC SDI/DECAP/CGPA CSE	Acompanhar o andamento dos trâmites administrativos do CCCCN, incluindo atualização do GT, integração com SDI e tratativas com SE/MF/Tesouro, mantendo o tema sob supervisão da Câmara.	Dr. Bruno Meireles, Dra. Priscila Silvério, Leandro Pires	Contínuo
Verificar andamentos do Grupo de Trabalho para AIR e antidoping	SPA/CGAC + SDA/DSA/DIUSS + SDI/DECAP/CBPA	Dar continuidade ao processo de Boas Práticas e Antidoping, com revisão do GT e organização do plano de trabalho. Tema mantido no escopo permanente da Câmara	Dra. Lizie Buss, Dra. Valéria Homem	Contínuo
Verificar andamentos do tema sobre passaportes equestres		Dar continuidade ao processo de revisão da legislação dos passaportes e análise técnica do UELN, com apoio da Câmara.		Contínuo

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e arquivada nesta Coordenação-Geral. A presente memória teve como escopo abordar de modo sucinto as apresentações, discussões e deliberações. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:

Nome	Assinatura
Presidente: Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultor: Carlos Eduardo Wayne Nogueira	